

CORREIO POLÍTICO



Aumento foi publicado no Diário Oficial da Câmara

Lira reajusta em 60% diárias em viagens de deputados

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reajustou em 60% os valores das diárias em viagens para deputados. A verba envolve despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. O reajuste foi publicado nesta quinta-feira (25) no Diário Oficial da Câmara. A definição ocorreu em reunião da Mesa Diretora da Casa de 17 de abril, e o ato tem assinatura de Lira e de outros integrantes da mesa.

O percentual de reajuste corresponde à variação acumulada da inflação do período entre junho de 2015 a março de 2024, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Na justificativa, o presidente da Casa afirma que os valores do benefício nunca haviam sido reajustados desde sua criação, em abril de 2012. Lira falou sobre a decisão em entrevista nesta quinta à GloboNews. “O pedido foi feito por servidores, polícia legislativa, pessoas que trabalham na Câmara e têm que se deslocar para atender parlamentares”, disse. “O que você faz para um policial federal que tem que se deslocar para dar segurança a um parlamentar, acompanhar procedimentos com R\$ 200?”. O presidente da Câmara disse ainda que não houve pedido de parlamentares para o ajuste.



O presidente da Câmara passa a receber R\$ 981

Com aumento, deputados federais receberão R\$ 842

“Todo ano a Câmara devolve dinheiro para o Executivo, está abaixo de Senado, de Judiciário, TCU [Tribunal de contas da União], etc. Foi feita uma correção para diminuir ou dar condições a funcionários do Poder Legislativo”, ressaltou o presidente da Câmara Federal. Veja a seguir os novos valores por cargo: Para o presidente da Câmara: R\$

981; deputados: R\$ 842; servidores com função comissionada (FC) -06, FC-05: R\$ 785; servidores com FC-04, FC-03, CNE-07: R\$ 702; analistas e técnicos legislativos, demais FC e CNE: R\$ 560; adicional de embarque e desembarque R\$ 448. As informações acima foram divulgadas pelas jornalistas Mariana Brasil e Victoria Azevedo, da Folhapress.

‘PEC do Quinquênio é no Senado’

Ainda durante a entrevista, Arthur Lira responsabilizou o Senado pelo avanço da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Quinquênio, que turbinou salários de juizes, promotores, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos. “Cada um com as suas responsabilidades. Não foi a Câmara que pautou o Quinquênio. Cada um que pauta as suas coisas, que responda por elas,

não se pode dizer que a Câmara pautou um projeto até hoje de ‘pauta-bomba’”, disse. “Colocados os números que a Fazenda coloca, que pode variar de R\$ 40 a R\$ 80 bilhões, é mais do que uma pauta-bomba”, completou o parlamentar. Lira disse ainda que é “difícil de prever” se o projeto andrà na Câmara porque avalia que o texto pode não avançar no Senado dada a repercussão negativa.

Soltura de Brazão entrou na pauta

Lira também afirmou que se não fosse pela repercussão do assassinato de Marielle, o deputado Chiquinho Brazão dificilmente estaria preso. O plenário da Casa manteve neste mês a

prisão do parlamentar, acusado de ser um dos mandantes do crime. A votação ocorreu após incertezas sobre qual seria o resultado devido a articulações do centrão.

Fazenda destaca pontos da reforma tributária; veja

Dentre eles, cashback e maior imposto para veículos e bebidas

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Bernard Appy, alíquota geral terá redução de 7,5%

Após entregar para o Congresso Nacional o principal projeto de lei complementar regulamentação da reforma tributária, nesta quarta-feira (24), o Ministério da Fazenda realizou uma coletiva de imprensa, nesta quinta-feira (25), para detalhar os principais pontos da matéria. O texto institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma. De acordo com a proposta, a alíquota padrão para a tributação de comércio e serviços será de 26,5%. Atualmente, a alíquota é de 34%, segundo o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.

Durante a coletiva, a equipe econômica do governo informou que, dos 26,5% da alíquota de referência, 8,8% será da CBS federal e 17,7% do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência de estados e municípios. Além disso, a proposta também determina o Imposto Seletivo (IS) para sobretaxar bens considerados danosos à saúde. Dessa forma, produtos como bebidas alcoólicas e açucaradas, produtos do fumo, terão uma alíquota maior de imposto. O IS também engloba veículos, embarcações, aeronaves e bens minerais extraídos. Porém, a lista não inclui alimentos ultraprocessados, o que foi criticado por especialistas da área da saúde que cobram a inclusão desses produtos.

Ao receber o projeto nesta quarta-feira (24) o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o tema será tratado como prioridade no Con-

gresso e que a proposta será votada e aprovada ainda neste ano, mesmo sendo ano eleitoral. “Mesmo sendo o ano eleitoral, nós teremos todo o compromisso para ainda esse ano”, disse Pacheco.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ainda destacou que a regulamentação da reforma tributária não pode ter muitos “penduricalhos” para não correr o risco de impedir a redução da carga tributária no país. A declaração foi feita nesta quinta-feira (25) durante um evento sobre fortalecimento da indústria. “A reforma reduz custo para pagar imposto. O que não pode é ter muito penduricalho. A gente precisa ter cuidado na regulamentação para não ter muitas exceções, para a gente [poder] focar muito no IVA, um grande salto de qualidade porque não terá cumulatividade”, pontuou o ministro.

Cashback

A reforma ainda prevê um sistema de “cashback” – ou seja, devolução do imposto – para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 706) que estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. A expectativa da Fazenda é que a medida vá atender 73 milhões de brasileiros.

Segundo o projeto, haverá a devolução de 100% do imposto pago no caso da CBS e de 20% para o IBS aplicável ao gás de cozinha, 50% para a CBS e 20% para o IBS de energia elétrica, água e esgoto e, finalmente, 20% para a CBS e para o IBS, em outros casos. Bebidas alcoólicas e cigarros não estão inclusos.

Profissionais

Com a implementação da reforma, dezoito categorias de profissionais liberais recolherão

30% a menos de imposto sobre o consumo em comparação à alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Dentre os profissionais contemplados estão advogados, administradores, contabilistas e profissionais de relações públicas. A medida foi incluída durante a tramitação no Senado, por meio de pressões principalmente de entidades de advogados, e foi mantida na segunda votação na Câmara para não provocar atrasos na aprovação da emenda constitucional.

A prestação de serviços vale para pessoas físicas, porém, a redução do imposto sobre o consumo tende a beneficiar empresas, escritórios e clínicas que faturam mais de R\$ 4,8 milhões por ano. A justificativa é que a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional, regime diferenciado para micro e pequenas empresas com alíquotas menores.

Proposta de energia mais sustentável é alvo de críticas

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Deputado Hugo Leal é o autor da proposta

de geração distribuída, alegando que o fluxo inverso causa distúrbios ao sistema elétrico. A medida vem impactando os pequenos e médios empresários e tem gerado desemprego para milhares de profissionais do setor.

“A GD gera milhares de empregos e gera impostos na casa dos bilhões, além de gerar energia barata e limpa. Mesmo assim, há um grande esforço das distribuidoras no sentido contrário. E a Aneel tem interpretado a legislação em favor das concessionárias e contra os pequenos empreendedores”, ressaltou o parlamentar.

O deputado federal Arthur Maia (União Brasil-BA) apontou que a proposta do governo prevê a renovação automática das concessões para as distribuidoras de energia elétrica. “Trata-se de um ato de covardia contra a população brasileira. Além de

novas licitações, deveríamos ter nos estados mais de uma empresa de distribuição de energia para permitir a concorrência. Mas o pior é cogitar uma renovação automática das concessões, como se o serviço prestado hoje fosse satisfatório para o cidadão brasileiro”, criticou o parlamentar.

Além dele, o deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP) destacou a necessidade do país acompanhar os avanços tecnológicos do setor elétrico mundial, além de buscar alternativas mais baratas e com uso de energia limpa para o equilíbrio do sistema. Dentre essas medidas, ele usou como exemplo o uso da bateria de lítio para geração de energia, ao invés do uso de termelétricas que são altamente poluentes. “O desafio da pauta da descarbonização é a redução do uso de combustíveis fósseis”, pontuou.

Setor Produtivo

O Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL), entidade representativa do setor, atua no embasamento técnico da Frente Parlamentar. Durante o evento da FREPEL, o presidente da INEL, Heber Galarce, e o conselheiro do instituto, José Marangon, apresentaram dados e informações técnicas sobre o impacto positivo que o setor de energia limpa gera para o sistema elétrico e para a sociedade, como a geração de mais de 1,2 milhão de novos empregos diretos e indiretos.

Já o presidente do Movimento Solar Livre (MSL), Hewerton Martins, destacou os benefícios econômicos do setor como o aporte de R\$195,6 bilhões de novos investimentos e mais de R\$61,3 bilhões em arrecadações de tributos.

Heber Galarce destacou a importância do protagonismo em temas urgentes, como a discussão da renovação das concessões a atuação dos órgãos reguladores no setor.

“O papel da Aliança Solar é contribuir com o embasamento técnico para a tomada de decisões importantes que impactam o setor elétrico nacional, a economia e a sociedade”, finaliza.

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Brasil bateu recorde de geração de energia limpa em 2023, com 93,1% de toda a energia gerada vindo de fontes renováveis.